

Editorial

O número inaugural da Separata/Cipedes, publicado em junho, estabeleceu duas diretrizes que definem a identidade do novo centro. A primeira é *sua autonomia institucional*. Trata-se de um “centro internacional de pesquisa numa perspectiva comparativa, compartilhado por especialistas de vários horizontes disciplinares e que estejam comprometidos com uma reflexão aberta, crítica e criativa sobre os grandes problemas da educação superior no presente e os seus desafios no futuro.” A outra identidade é sua inserção no debate em curso na América Latina sobre a nova problemática a ser enfrentada pela universidade na virada do século.

Sendo, porém, um centro sediado no Brasil, propõe-se a contribuir para um debate nacional amplo, que não desconheça as contribuições internacionais, sem cair no outro extremo de buscar um modelo externo que não nos crie a ilusão de uma solução mágica. Resistindo à posição meramente reativa à agenda proposta pelo governo de cingir a questão ao debate da autonomia, nos propomos a nos lançar numa discussão mais ampla e séria: “qual o modelo de ensino superior que queremos construir para a sociedade brasileira?”

Os textos publicados no primeiro número enfatizaram as duas dimensões de nossa identidade institucional: refletir sobre as contribuições internacionais (“Rapport Attali” e “As fontes internacionais para a pesquisa em educação superior”), sem deixar de enfatizar a avaliação da “Reforma Universitária em crise” e o apoio ao manifesto em defesa da universidade pública. Essa postura de globalizar a perspectiva do debate, resulta do fato de estarmos conscientes que o governo atual, por linhas tortuosas, está buscando impor a sua “reforma”. Sua implementação está realizada através de uma série de passos, aparentemente desconectados, mas que seguem uma certa lógica: a nova LDB, as regras propostas de eleição para Reitor, o Exame Nacional de Cursos (Provão), a emenda constitucional e o projeto da autonomia, a reformulação da avaliação da CAPES, a recente alteração da composição do conselho do PAIUB, o incentivo do PED ao ensino de graduação, a flexibilização curricular dos Cursos Sequenciais para a graduação e pós-graduação etc.

Os dois eixos centrais subjacentes à fragmentária “reforma”, articulados entre si, obedecem a uma coerência cada vez mais explícita. De um lado, uma política de desregulamentação do sistema de educação público federal superior e de outro, uma frouxa política de qualificação à rede de universidades privadas. Em consequência, o governo submete os dois sistemas a uma permanente tensão distribuindo, sazonalmente, estímulos e sanções a cada um deles, sem se comprometer claramente com nenhum. É uma política conscientemente ambígua em que não assume sua obrigação precípua: apoiar efetivamente a rede de universidades federais e assegurar padrões mínimos de qualidade para o conjunto de um sistema de ensino superior.

Um bom exemplo da ambigüidade da política governamental é a metamorfose das propostas em matéria de autonomia: o governo começou propondo um projeto orgânico de autonomia para o conjunto das universidades públicas e privadas; num segundo momento, decidiu que a autonomia seria limitada às universidades públicas federais; e, diante do veto da área econômica, elegeu a diretriz pragmática de que a autonomia para as federais vai ser implementada gradualmente e de forma seletiva. Entre o discurso e a prática, o MEC passou no campo da autonomia de um extremo ao outro.

Diante da greve prolongada e da sua visibilidade junto à opinião pública, geralmente alheia às questões da educação superior, o governo foi obrigado a reconhecer que era imperioso instalar uma “comissão de alto nível” para discutir a questão da universidade pública federal. Por sua vez, do lado das universidades houve forte mobilização e debate que começou a repercutir mais amplamente nos meios de comunicação. Neste novo contexto, começaram a surgir várias iniciativas no sentido de passar da defensiva para uma atitude propositiva para o sistema público federal, dentre as quais se destaca a iniciativa do Copea/Ufrj.

O manifesto “Por uma reforma urgente para salvar a universidade pública”, publicado na íntegra em nossa revista, articulando o apoio da SBPC e da Academia de Ciências, teve um papel catalisador. Recebendo um amplo número de adesões através do Jornal Eletrônico da SBPC, inclusive o apoio da primeira hora do Cipedes, repercutiu também amplamente nos debates da recente Reunião Anual da SBPC, em Natal. Um dos resultados positivos foi a criação de uma comissão especial, constituída por docentes-pesquisadores, para ampliar e aprofundar os debates e preparar uma proposta substantiva em curto e médio prazos.

O governo perdeu o monopólio da agenda substantiva e do lado da sociedade o debate mudou de patamar. Começam a incorporar-se à discussão documentos internacionais de referência, veiculados pela internet pelos novos nichos de reflexão autônoma. No número anterior publicamos alguns comentários sobre o “Rapport Jacques Attali”, com uma proposta inovadora para a reforma do ensino francês. Dois outros documentos trazem propostas para ensino

superior em dois países com importante tradição universitária.. O relatório da “Boyer Comissão” (no site da SBPC) contém proposições voltadas para a questão da graduação nas universidades de pesquisa americanas e o “Dearing Report” apresenta um conjunto amplo de recentes medidas, elaboradas por uma comissão criada pelo governo conservador inglês e que, com algumas reformulações, estão sendo adotadas pelo governo trabalhista atual. O debate nacional precisa ganhar corpo ocupando cada vez mais o espaço anteriormente monopolizado pelo governo e por alguns consultores ou funcionários de bancos internacionais..

Sem cair no mimetismo tradicional que consiste em buscar no exterior os modelos institucionais a serem adotados, existe atualmente no mundo globalizado uma interação mais intensa entre as universidades latino-americanas e os grandes centros universitários internacionais. Aliás, a instituição universitária, desde suas origens medievais, sempre teve uma perspectiva trans-regional, através da circulação de seus professores e alunos, antes mesmo do advento do Estado-nação.

O modelo de universidade trazido para a América Latina pela colonização espanhola, desde a primeira, a universidade de Santo Domingo, em 1513, se inspirou nas universidades metropolitanas de Salamanca e Alcalá. No Brasil, foi transplantado, somente em meados do século XIX, para as faculdades de direito de Olinda e São Paulo, o modelo de Coimbra que, por sua vez, fora influenciado pela precursora Universidade de Bolonha.

A história da universidade latino-americana mostrou que, apesar dessa origem temporal e institucional diferenciada entre os padrões do ensino superior nas Américas espanhola e portuguesa, com o processo de independência, a matriz de referência latino-americana convergiu para o modelo napoleônico de universidade com suas faculdades profissionais.

Mesmo que as histórias nacionais ou regionais sejam decisivas para entender esses processos, é um fato também que esses modelos foram importantes para a consolidação das universidades nos países desenvolvidos. Quem desconhece a influência das universidades de Paris, Bolonha ou Salerno na propagação das universidades medievais no continente europeu, países nórdicos e na própria Inglaterra? Ou da universidade inglesa tradicional sobre as universidades americanas da costa leste e a posterior influência da universidade alemã, a partir da consolidação do modelo humboltiano da Universidade de Berlim? Hoje esta abertura se justifica porque, para além dos processos de internacionalização do conhecimento e da pesquisa, algumas das questões críticas que afetam as universidades latino-americanas fazem parte de uma problemática internacional da instituição universitária e de sua crise, como indicam as abordagens e os temas presentes nas Fontes Internacionais para a Pesquisa em Educação Superior que estão sendo publicadas, em sua Segunda parte, em nossa revista.

Se houve um incremento qualitativo nas fontes utilizadas, na abordagem comparativa e interdisciplinar, para melhor compreender as grandes questões da educação superior, houve alguns excessos de vulgarização que mais confundem do que iluminam a discussão. Em longo texto, intitulado “Modelo de Educação”, Cláudio Moura e Castro do BID, apresentou uma visão pretensamente panorâmica do ensino superior americano que mais confunde o leitor do que o esclarece. Oferecendo uma visão caleidoscópica do ensino superior nos Estados Unidos, sem qualquer critério comparativo, insinua que o melhor caminho é não ter modelo algum. Coloca no mesmo patamar e no mesmo cesto, desde as reputadas universidades de pesquisa (Harvard, Yale, Princeton) até as universidades comerciais ligadas a empresas (Universidade do Hamburger). Da leitura se depreende que a solução proposta é a desregulamentação do sistema de ensino superior e que o mercado deve assumi-lo com sua capacidade adaptativa, sem necessidade de nenhuma interferência governamental, e que o FBI se encarrega de fechar as que forem responsáveis por publicidade enganosa. É preciso fazer comparações mais sérias em matéria de sistemas universitários internacionais.

Por essas razões que nosso segundo número pretende retomar algumas das questões críticas da educação superior no Brasil - a autonomia e a gratuidade da universidade pública -, bem como trazer ao debate dados mais sistemáticos sobre o ensino superior americano e a continuidade da indicação das fontes internacionais para a pesquisa sobre educação superior.

A filosofia de nosso Centro é a de contribuir para que à luz de um enfoque interdisciplinar e comparativo se possa buscar novas alternativas para os desafios da educação superior na América Latina. A crise e os problemas enfrentados pela instituição universitária no mundo no limiar do século XXI e sua complexidade própria nas sociedades latino-americanas estão a exigir um esforço sério e compartilhado de especialistas e instituições para que se empenhem na construção de novos caminhos compatíveis com a tradição universitária de nossos países à luz da experiência internacional.

Helgio Trindade
Coordenador.